

RAÇA E ETNIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Angélica Aparecida da Silva ¹
Maria Auxiliadora Arrais Barbosa Alves ²
Marta de Oliveira Carvalho ³
Fábio da Silva Santos ⁴

INTRODUÇÃO

O projeto surge após ato racista partindo de uma aluna, faixa etária quatro anos da pré-escola, rejeita sentar-se próximo de determinada colega por causa da tonalidade da pele (NEGRA) a maneira que os docentes abordam as questões de raças e etnia na educação infantil, os indícios que conduz a criança a prática do racismo desde a infância e como as ações ao tema trabalhado no contexto e no cotidiano escolar auxilia e possibilita o desenvolvimento no aprendizado das crianças em relação a temática.

O racismo causa impactos do ponto de vista psicológicos e social na vida de toda e qualquer criança e adolescente. A criança pode aprender a discriminar apenas por ver os adultos discriminando. Nesses momentos, elas se torna vítima do racismo. A prática do racismo e a de discriminação racial é uma violação de direitos, ocidental em todos os países. No Brasil, é um crime inafiançável, previsto em lei. Essa é uma situação que preocupa o UNICEF, uma vez que compromete o desenvolvimento pleno da maioria das crianças e adolescentes no Brasil. Existem cerca de 57 milhões de crianças e adolescentes brasileiros e convida cada um a fazer uma ação por uma infância adolescente sem racismo. Estudos na área de educação infantil revelam que, ainda na primeira infância, a criança já percebe diferenças na aparência das pessoas (cor de pele, por exemplo). A responsabilidade dos adultos é muito importante nesse momento, evitando explicações ou orientações preconceituosas.

(Revista o impacto do racismo infância, UNICEF)

Favoreça um campo de reflexões sobre a identificação de cor-raça e identidade racial no âmbito da Educação Infantil, no ponto de vista dos significados das identidades de cada um,

¹Mestrando em Ciência da Educação UNILOGOS, angelicalivia34@gmail.com;

²Mestrando em Ciência da Educação UNILOGO, marraisbarbosa@homail.com;

³Mestrando em Ciência da Educação UNILOGOS, mr_cs16@hotmail.com;

⁴Mestrando em Ciência da Educação UNILOGOS, fabiosanttos.s.2010@gmail.com;

cultura, regiões, povos negros, as boas estratégias para as pessoas adultas que se declaram pretas e pardas possam se educarem no campo das relações étnico –racial, ressaltasse que elas pessoas que autodeclaram negras não estejam imunes ao racismo.

A formação do professor são discussões sistematizadas as relações de raças e etnias desde a educação infantil é importante a compreensão que a lei 10.639\03 representa uma importante modificação na LDB por isso a execução é obrigatória para todas as escolas de sistema porém não é uma lei específica mas da legislação que rege toda educação nacional, o desejo de produzir este projeto de pesquisa será em benefícios e poio aos docentes e discentes preocupado em informa-se e prepara-se para inserir em suas práticas as orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a legislação abrangente ao étnico racial com intuito de promoção em aguçar os conhecimentos para fortificar a Etnia e raça desde a infância .

O racismo, no plano material e no simbólico: Se o concebo o racismo como produzido e sustentado nos dois plano - material e simbólico -, as ações de combate ao racismo devem se direcionar aos dois planos também. Em consequência, considero, que, na atualidade, o combate ao preconceito e ao estereótipo racial na educação, dimensão importante de combate ao racismo brasileiro, seja em ternos da produção acadêmica, seja em ternos da ação dos movimentos negros pode ser interpretada como primeira etapa das estratégias de ``transformar o estigma em orgulho, auxiliando na auto estima do grupo estigmatizado e, assim, abrindo perspectivas para a percepção da exclusão`` (Neves, 2005, p.87).

O intuito é aprimorar o ensino no cotidiano com a valorização das heranças dos povos que constituem a nossa nação cujo os descendentes contribuem em nossa sala de aula assim possamos concretizar uma sociedade mais pautadas em suas diversidades, a nosso país ocorre um dos maiores casos alarmante sobre a discriminação racial, preocupa ato racista encontrar-se na infância e permanecer como um ato cultural da sociedade, vejamos que o conceito do racismo segundo o Dicionário Aurélio (Discriminação social asseada no conceito de que existem diferentes raças humanas e que uma superior as outras).

É por meio da diversidade que as raças se misturam tornam-se a igualdade como parceria no ciclo da ida sem a destinação de raças ou gênero, a base aliada ao preconceito em relação aos trabalhos idealizados contra o racismo é a etapa da educação infantil que ocorre o desenvolvimento humano, a criança em si não nasce preconceito mas é estimulada a ser conforme o seu desenvolvimento humano em sociedade, a visão e a escuta desenvolve o mundo

simbólico das crianças, realizam assimilações através de características e induz a mesma distinguir seus próprios conceitos por meio da pigmentação da pele do indivíduo.

A escuta é o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, a primeira infância vista pelo ângulo da diversidade racial e de responsabilidade da política educacional infantil, na sua valorização e na promoção da igualdade racial, os efeitos são significativos as zonas de desinformação sobre o processo onde os bebês ou uma criança conseguem notar as diferenças raciais e manifestar ação comportamentos de identificação ou rejeição de aproximação de crianças negras, inserido no racismo são os termos utilizados para qualificar a interação inter-racial na educação infantil, a problematização é notável por a caracterização comportamental de crianças pequenas, os professores de educação infantil constroem com as crianças formação de valores e atitudes das mesmas assim não somente nas áreas ou práticas pedagógicas, depende do papel exemplar da gestão democrática, professores, funcionários, familiares e comunidade entorno das instituições de educação infantil.

O trabalho aborda a formação inicial e continuada, legislação educacional, as políticas educacionais com a sensibilização e o engajamento do comprometimento de todos com respeito à diversidade e a ação educacional racialmente igualitária, não significa que possamos focar em um eixo do étnico racial mas delimitar o papel e a responsabilidade do estado e no limite da política educacional na formação do indivíduo apto a conviver naturalmente com a diversidade humana e tornarem-se sujeitos comprometidos com a igualdade de um líder democrático e ético, é necessário cuidado com uso de certos conceitos e termos que incluam conhecimento sobre a normativa interna e internacional fixada nas base jurídica da política educacional comprometida com a igualdade racial.

A centralidade das lutas por reconhecimento nos movimentos negros brasileiros tem sido apontado por vários autores (D' Adesky, 2001; Guimarães, 1999; Neves, 2005). Apreende-se por tais estudos, que os movimentos negros, que se organizaram no final dos anos 1970 na confluência com outros movimentos sociais, tiveram como balizas políticas o nacionalista, que "considera ser necessário preservar as identidades culturais diante dos efeitos da cultura ocidental hegemônica que homogeneiza e desenraiza o indivíduo negro de seu grupo" (D' Adesky, 2001, p.161).

Analisar as práticas dos professores em relação os temas transversais no cotidiano das crianças desde a educação infantil, diferenciar as etapas da instituição escolar das crianças de creche e

pré-escola observar as principais tendências de ato racista, reformular aos professor ações que possa caracterizar o ato praticado desde a infância na escola ou carregam o preconceito e realizam assimilações com as próprias características do contexto físico e ambiental: casa e escola.

A escola em si poderá desenvolver no cotidiano projetos voltado a inclusão da diversidade e étnico racial, realizando trabalhos a serem inseridos e abordados no contexto escolar da criança, a família deve ser o grande complemento para esse contexto em relação a igualdade racial desde a infância, possibilitar o contato das crianças com outras diferentes raças e culturas, na escola pode ser abordado durante as contações de histórias os aspectos da igualdade como um todo, aos sujeitos de direitos e deveres sem limitar seus aspectos físicos, o contato com brinquedos que eleva a criança superar as características físicas e tonalidade da pele de outras pessoas, surge desde o brincar as próprias preferencias e escolhas.

Desenvolver com os professores entrevistas com coleta de dados em relação aos temas transversais; etnias e raças. Registrar as práticas dos professores por meio da visualização na organização do ambiente escolar: imagens, brinquedos, livros, projetos e brinquedos que retrate a raça, etnias, história e cultura, conhecer os matérias e documentos utilizados por os professores para embasa os trabalhos da cultura afro Brasileira na educação infantil.

METODOLOGIA

A abordagem da pesquisa realizada na área de Educação Infantil nas instituições de creches e pré-escola da rede pública municipal, através de entrevistas com professores e direção escolar, questionários, observações do ambiente escolar, diários, fotos ou imagens no ambiente que favoreça ações ao tema citado, apresentação e reconhecimento das leis complementares, matérias de apoio e sugestivo para as práticas, viabilizações os princípios baseado nos trabalhos por uma postura de reconhecimento as raças e etnias, na luta contra o racismo desde a infância, de acordo com Duarte (2005), a entrevista em profundidade é:

[...] um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostas definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer (DUARTE, 2005, P.62)

A investigação ocorre de acordo com a curiosidade ou problema adjacente ao local destinado, a observação favorece ao investigado e investigador a espontaneidade não envolvendo a comunicação entre o pesquisador e sujeitos da pesquisa nem muito menos a

compreensão e opiniões nas relações sociais do grupo direcionado. A capacidade de analisar e perceber os pontos negativos e positivos nos respectivos ambientes por o pesquisador é poder oferecer de si mesmo como ser humano nas situações de convivências geradas pela investigação.

DESENVOLVIMENTO

Os docentes no atual cenário de racismo no Brasil necessita analisar e traçar ações para intensificar o tema étnico-racial desde a infância e juventude. A literatura em princípio pode ser uma hipótese de problematização reflexões sobre as práticas antirracismo para o futuro da infância, tais narrativas de estética negra voltada a criança pode ser a busca de sua própria origem. Proporcionar aos alunos conceitos relevantes em relação aos diversos tipos de resistência na sociedade sendo estabelecida por os próprios grupos de negros que os tinha sua ocupação e condição na sociedade como escravos no Brasil.

O docente deve realizar pesquisas que proporcione conceitos que embasem toda a estrutura escravagista e as diferentes formas de combate a liberdade dos povos negros-africanos, o ambiente com painéis, imagens, livros e brinquedos que retrate a história, simbolize a importância dos negro africanos no Brasil, a importância das características dos indivíduos e familiares ao conhecer suas origens, histórias, religião e cultura. Explorar a localização dos africanos e quilombos no mapa mundial, vestes, alimentação, natureza e suas ancestralidade, fotografias, músicas, vídeos em geral referente os povos africanos.

De acordo com o contravertido "mito relacionado à sua origem", o primeiro templo umbandista surgiu no início do século XX e teria sido fundado pelo comerciante Zélio Fernandino de Moraes (18891-195), em Niterói, Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1908. Assim nasceu a tenda de Umbanda Nossa Senhora da Piedade. Local onde Zélio, o "anunciador" da nova religião, pode, a partir de então, cultuar suas entidades afro-brasileira banidas das mesas brancas e associações espíritas que pregavam a doutrina de Kardec e desprezavam as tradições herdadas do continente africano (Giumbelli, 2002).

Propostas ritmas, variedades de sons, musicalidade nas manifestações culturais e populares brasileiros de origem africanas ou coparticipação africana, apreciar e apresentar aos alunos os ritmos musicais que encontra-se nessas festividades, apontando aos instrumentos manejados e tocados para as ocasiões que as canções são cantadas. Percebe-se eu boa parte das crianças e jovens na atualidade não conhece os jogos populares ou brincadeiras correspondente a cultura afro-brasileira, a vivencia e a prática dos seguintes termos constroem com os alunos a

valorização dos brincadeiras e brinquedos culturais como também os princípios de identidade, herança cultural e afirmação da identidade negra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Definir os conceitos entre raças e etnias é abordar as diferenças entre os grupos humanos e os fatores distintos de suas próprias diferenças, raça se dirige aos subgrupos de acordo com suas características biológicas enquanto a etnia revela os aspectos culturais, linguísticos, religião e costumes, destinasse entre os homens e sociedade que constroem diferenças biológicas entre as etnias.

As teorias sobre as diferentes raças humanas surgiram inicialmente no final do século XVIII e início do século XIX, tendo como autor principal **Joseph Arthur de Gobineau** (1816-1882) – o “pai do racismo moderno” –, filósofo francês e principal defensor da ideia de superioridade da raça branca.

O advento das teorias raciais possibilita justificar a ordem social através dos países europeus, transformando-se em nações imperialistas, submetendo outros territórios e suas populações ao domínio, a implementação seguida por todo mundo ocorria na medida que os europeus tornavam-se nações imperialistas submisso aos outros territórios e populações ao próprio domínio. De acordo com Anthony Giddens descrê o conceito de raça como um “conjunto de relação sociais que permite situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados”. Retrata a ideia de distinção racial vai adiante em categorizar indivíduos por características biológicas tornando-se desigualdade social e demais fenômenos sociais.

Diante da compreensão surge a disputa entre os poderes dominante: Igreja e Senhores de escravos, os diálogos com os indígenas inseridos na terra nova, o sistema migratório ocorrido por força braçal que os conduziu ao desconhecido novo mundo para serem escravizados, por razões de seus costumes e aproxima as suas tradições lembraram seus mitos, ritos e sistemas religiosos: Candomblé, umbanda, xangô pernambucano, batuque gaúcho, tambor de minas maranhense. As manifestações culturais africanas, tais religiões incorporavam em diferentes graus diferenciados elementos, católicos, espírita, cosmologia indígena. A miscigenação se conceitua nas misturas, identificação e intercâmbio frequente nas religiões afro-brasileiras e constituinte delas, as religiões formadas em instituições dinâmicas que transforma-se com elevadas circunstâncias socioculturais advindas de fora.

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

A Lei 10.639/03 propõe novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira, na qual os negros são considerados como sujeitos históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. Através da lei foi criado o dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) em reconhecimento ao dia da morte do líder quilombola o negro Zumbi dos Palmares. Tornando assim uma temática para trabalhar em sala de aula, ressalta-se em nessa abrangência um ponto negativo porém na maioria das escolas são realizadas essas ações somente no mês de novembro, ocorrendo a insignificância de ser mais abordado e valorizado no cotidiano essa história que resgata raízes, culturas, costumes, religiosidade e permanece entre nós essa história étnica, humana e que continue sendo uma luta marcada pela luta contra o preconceito racial no Brasil. É nesse contexto que a referida lei pode ser entendida como uma modalidade de ação afirmativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa elaborada revela a carência dos temas transversais no cotidiano das crianças, é perceptível a necessidade de embasamento por os professores em relação aos documentos, materiais didáticos, ambientes favoráveis e proveniente de informações as próprias crianças ao tema étnico racial. Realização dos projetos e atividades relacionados ao tema são abordados frequentemente no mês de novembro, dia da consciência negra, a necessidade de abordar as histórias dos povos africanos e reconhecimento de suas contribuições e valores advindo por essas pessoas possibilita o conhecimento das manifestações culturais, raças, vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade na sociedade.

Palavras-chave: Racismo; infância, etnia, formação de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

(DUARTE, 2005, P.62)

FRY, Peter & MAGGIE, Yvonne. (2002), “Le débat qui n’a pas eu lieu: les quotas pour les noirs dans les universités brésiliennes”. Cahiers du Brésil Contemporain, 49/50: 167-182.

GIUMBELLI, Emerson. Ofim da religião: Dilemmas da liberdade religiosa no Brasil e na França. São Paulo: attar Editorial, 2002.

LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 9.394/96

NEVES, Paulo S. C. (2002), “Direitos humanos e cidadania simbólica no Brasil”, in Rubens Pinto Lyra (org.), Direitos humanos: os desafios do século XXI. Uma abordagem interdisciplinar, Brasília, Brasília Jurídica.

(Revista o impacto do racismo infância, UNICEF)